

ATA

Ata da 7ª. Reunião da Diretoria do Comitê do Itajaí – 2021

**Local:** Virtual, aplicativo Meet

**Município:** não se aplica.

**Data:** 07/07/2021

**Hora:** 9 h

**Presidente:** Odair Fernandes

**Secretária Executiva:** Simone Gomes Traleski

Presentes:

Diretoria: Odair Fernandes (Hidrelétrica Sens) e Simone Gomes Traleski (AMMVI)  
Câmara Técnica de Apoio Institucional (CTAI): Adelita R. B. Granemann (UNIVALI), José Constantino Sommer (GTEA RH07), Médelin Pitrez dos Santos (SPI); Leonardo de Oliveira Neves (IFC)

Consultora: Luciana Castro (SDE/SEMA/DRHS)

Convidados: Rubia Girardi (Instituto Água Conecta), Vinicius Constante (SDE), (Gustavo Piazza (SDE/SEMA/DRHS e Câmara Técnica de Enquadramento), Camila Leite (SDE), Felipe Maia (SDE), Paula Cunha (SDE)

O presidente do Comitê do Itajaí, Sr. Odair iniciou a reunião, agradecendo a participação de todos e leu a ordem do dia. **1. Aprovação da ata da 6ª Reunião da Diretoria em 2021;** A ata foi enviada anteriormente para o e-mail dos membros e a sra. Simone, então, leu os tópicos da mesma. Em seguida, a ata foi colocada em votação, sendo aprovada. **2. Análise das alterações da Proposta de Enquadramento realizada pela Câmara Técnica do CERH;** A sra. Simone explicou a ideia deste tema na pauta e como a discussão poderia ser conduzida em relação às alterações sugeridas pelo CERH à proposta de enquadramento. O sr. Sommer pontuou que as alterações propostas eram de fácil compreensão e, portanto, não demandaria a leitura completa daquele documento. Em seguida, a sra. Rubia questionou sobre a ideia de realização de oficinas para validação da proposta. O sr. Vinicius explicou alguns detalhes e fez esclarecimentos acerca da proposta, e também sobre a Resolução 91/2008 com a proposição de complementação de conteúdo na proposta. A sra. Rubia comentou que a proposta já alterara o enquadramento para contemplar a classe IV e que já havia sido realizadas cinco oficinas para ciência e validação desta alteração. Explicou, também, sobre a questão de abastecimento em classe III e quando ela ocorreria e ponderou que a discussão se deu sobre a flexibilização desta norma. Esclareceu sobre o enquadramento de água subterrânea que o comitê não poderia propor normatização a respeito, já que o próprio estado não tem os parâmetros estabelecidos e explicou que este tema ficará como meta da proposta. Explicou sobre a salinidade, a qual não há informação ou dados suficientes e consistidos para os trechos em questão. O sr. Gustavo, integrante da Câmara Técnica de Enquadramento (CT Enquadramento), explicou sobre o porquê não haver detalhamento sobre água salobra, mas que o questionamento se deu no sentido de colocar este tema na minuta para deixar a proposta mais completa. Explicou, também, a questão sobre a classe III para atendimento aos requisitos colocados na proposta. O sr. Vinicius ponderou, então, que não haveria necessidade de fazer mais oficinas, e que a proposta poderá ser complementada com mapas e demais informações mais detalhadas para facilitar o entendimento por todos. A sra. Rubia pontuou que as recomendações ainda poderiam ser explicitadas de outra forma e como exemplo citou o enquadramento proposto pelo PCJ em nível nacional. Assim, propôs a reflexão sobre como tratar a proposta no sentido de se iniciar efetivamente a implantação das medidas para o enquadramento e depois se ater ao detalhamento das sugestões feitas pela CT Enquadramento. O sr. Vinicius ponderou que a CT Enquadramento desempenha seu papel ao questionar alguns itens da proposta e sugeriu que se deva responder ao questionamento da mesma e explicar a situação real do tipo de informação que se tem no momento, já que a CT Enquadramento

se pauta pela legislação vigente. A sra. Rubia disse que a proposta foi feita com base no que se tem disponível de informação e que o item qualidade de água deveria ser considerado o mais importante. O sr. Odair ponderou que a equipe que havia elaborado o trabalho de enquadramento, no momento, se encontra desmobilizada e que já que a realização de oficinas não seria mais necessária, perguntou ao sr. Vinicius como o comitê poderia encaminhar as respostas à CT Enquadramento. O sr. Vinicius explicou que já havia conversado com o Prof. Adilson e que este não poderia colaborar e responder pelos motivos já expostos e, então, ele conversou com a equipe da DRHS para fazer os ajustes no documento final. O Sr. Vinicius se prontificou a marcar reunião para troca de documentos para fazer essas alterações. O sr. Odair disse que a Diretoria e CTAI, posteriormente, poderiam fazer uma análise com chamamento de assembleia para aprovação. A sra. Simone perguntou sobre prazo a fim de poder organizar o comitê a respeito e o sr. Vinicius disse que faria um primeiro encontro com o Prof. Adilson e, depois disso, passaria um prazo para dar encaminhamento à questão. A sra. Rubia se colocou à disposição para contribuir para revisão do documento final para agilizar o processo. O sr. Odair disse que assim se daria o encaminhamento. O sr. Vinicius colocou que a partir desse momento então, poderia se confeccionar um cronograma para tramitação ao CERH. O sr. Odair ponderou sobre a necessidade de mais técnicos para suprir a necessidade de apoio à análise dos processos de outorga na DRHS. Observação que foi ressaltada por todos os integrantes da reunião.

**3. Assuntos Gerais;** A sra. Simone comentou sobre o parecer do Prof. Hector da CT de Saneamento do CERH, que trata da Lei Federal nº 14.026/2020, a qual atualiza o marco legal do saneamento básico e exige o estabelecimento de agrupamentos de municípios (arranjos regionais) para prestação regionalizada de saneamento básico. Em consonância com esta exigência, o Conselho Estadual de Saneamento Básico – CONESAN, através de sua Câmara Técnica – CT, está analisando diversas possibilidades de agrupamentos, a fim de gerar ganhos de escala e garantir a viabilidade técnica e econômico-financeira dos serviços, com a universalização. O prof. conclui ser oportuno que os entes que compõem o Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, se articulem para recomendar aos gestores municipais a conveniência de agrupar os municípios conforme as regiões hidrográficas catarinenses, ou bacias incluídas nelas. Isto facilitaria o diálogo permanente entre municípios e comitês, e facilitaria aos municípios a obtenção de recursos, para a implementação das ações que lhes corresponde atender, conforme os planos de recursos hídricos e os planos municipais de saneamento básico. Por outra parte, evitar-se ia, o estabelecimento de mais uma regionalização com divisores político administrativos, superposta à regionalização hidrográfica, dificultando a gestão técnica e participativa dos recursos hídricos em sincronização com a gestão do saneamento. A sra. Adelita fez um breve relato sobre esta questão e o sr. Odair perguntou sobre a decisão do CERH que poderia ser encaminhada aos comitês para manifestação dos mesmos a respeito. A sra. Adelita esclareceu que o documento havia sido enviado pelo Prof. Hector às demais estâncias. A sra. Simone explicou sobre a urgência para a definição a respeito da questão. Fez consideração sobre a proposição do Prof. Hector sobre os municípios que têm concessão com empresas e que haveria necessidade de mais estudo para conhecimento da viabilidade. A sra. Rubia ponderou que o manejo da água urbana poderia ser considerando a bacia hidrográfica, mas ressaltando a condição econômica/financeira e, em especial ambiental, de cada município. O sr. Vinicius mencionou a gerência de saneamento na SEMA e o CONESAN que iniciaria a discussão a respeito. E que há pouco prazo para tomada de decisão por parte do Estado. O sr. Sommer ponderou que a gestão por bacia hidrográfica é o que preconiza a política nacional. O sr. Odair fez algumas ponderações a respeito e sugeriu aguardar o que se decidirá no dia 15/07. A sra. Simone se propôs a informar a respeito depois. A sra. Adelita esclareceu que mencionou esse assunto para informação do comitê e para posterior acompanhamento. A sra. Luciana acrescentou que a diretoria de saneamento da SEMA poderia ser questionada a respeito depois do dia 15/07. **Outro assunto tratado, refere-se ao Regimento Interno (RI) do comitê. O sr. Vinicius esclareceu que devido aos apontamentos feitos pelo Comitê, o RI voltaria à pauta da próxima reunião do CERH.** O sr. Odair agradeceu a disponibilidade da sra. Rubia para a revisão do documento final sobre a proposta de enquadramento e pediu à equipe da DRHS para agilizar o trâmite do processo. A sra. Simone lembrou sobre a situação do veículo

cedido ao comitê e sobre o procedimento em relação a isso. A sra. Luciana esclareceu que o prazo finalizaria em 90 dias para resposta ao ofício enviado ao comitê pela SDE. Assim sendo, o sr. Odair sugeriu responder ao ofício. A sra. Simone propôs contato com o IMA para proposição de parceria de uso do veículo. A sra. Simone explicou sobre a CT Itajaí Mirim e sobre a dificuldade para a indicação dos membros, o que configurou pouco interesse por parte das próprias entidades. O sr. Sommer fez alguns esclarecimentos sobre a Semana da Água, referente a programação e fez convite ao sr. Odair para participação na reunião seguinte do grupo organizador para atualização das informações. E nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual para constar, foi lavrada a presente ata, que lida e aprovada por todos os presentes, vai assinada por mim, Simone Gomes Traleski, secretária da reunião, e pelo Presidente Odair Fernandes.

**Simone Gomes Traleski**  
*Secretária da Reunião*

**Odair Fernandes**  
*Presidente do Comitê do Itajaí*

